

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO TRABALHO INFANTIL E CLASSE OPERÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS.

Paul C. Mishler*

Resumo:

Este artigo examina a emergência e a concepção de trabalho infantil na História do Trabalho dos EEUU. Analiso como as múltiplas visões reducionistas acerca o trabalho infantil, continuamente, influenciaram a interação entre trabalhadores e elites, minimizando as ações da classe trabalhadora no processo mais amplo de desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos.

Palavras-Chave: Classe; Trabalho Infantil; Trabalho

Abstract:

This article examines the emergence and conceptualization of child labor in US labor history. The varying and changing views of how child labor continuously redefined the interaction of elites and workers and working class responses within the broader process of capitalist development in the United States over time.

Key Words: Class, child labor, work.

Recebido: 03/03/2016

Avaliado: 13/06/2016

Em 1915, o pequeno trecho abaixo transcrito do poema de Sarah Cleghorn, estabeleceu uma dicotomia entre trabalho e lazer. Tal dicotomia, representa um longo debate sobre o trabalho infantil nos Estados Unidos. Vejamos:

Os campos de golfe encontram-se tão perto do moinho,
Que quase todos os dias
As crianças trabalhadoras podem olhar
E ver os homens a jogar.

(The Golf Links, Sara Cleghorn, 1876-1959)

* PHD, Professor Associado do Departamento de Estudos do Trabalho, Universidade de Indiana (USA).

Claramente, o mundo tão suscintamente descrito no poema, estava sendo executado de cabeça para baixo. Seus leitores então, entenderam tal como entendemos hoje, que eram as crianças que deveriam estar brincando e que os homens deveriam estar trabalhando¹.

A luta contra o trabalho infantil tem estado em pauta na agenda do movimento operário desde o século XIX. Com efeito, a exigência do lazer para todos estava na raiz da exigência para a jornada de oito horas e acreditamos que estas pessoas que trabalharam o merecido tempo, eram suas "oito horas para o que será" como dizia canção *Eight Hours*.² Tal luta foi intensificada quando o movimento operário direcionou tais exigências ao trabalho infantil.

Algumas das críticas mais contundentes ao trabalho infantil se deram a partir da perspectiva que o trabalho destinado aos homens eram desempenhados por crianças. Mas, ao mesmo tempo, a noção de infância como tempo de liberdade e auto-desenvolvimento, consistia em uma palavra: "brincar". Esta palavra tornou-se parte do vocabulário da luta da classe operária como um todo, além da simples preocupação dos homens que trabalhavam em uma determinada atividade profissional.

O contexto em que se evidenciava a luta do movimento operário contra o trabalho infantil consistia numa concepção de desenvolvimento da infância destinado às classes médias urbanas. As crianças sempre tinham trabalhado na agricultura familiar, oficinas de artesanato e, especialmente, nas plantações de escravos e a infância era um período particularmente curto. A nova classe média urbana - a mesma classe que protagonizou a luta contra à escravidão assumiu igualmente os movimentos de reforma social e reconceituou a infância como um período em que, cada criança por si mesma, poderia se desenvolver. Tal adequação exigiu escolaridade adicional, é claro, mas também implicou em tempo "livre" longe da direta supervisão de um adulto.

Tais razões estão enraizadas na concepção evangélica do autodesenvolvimento. Cada indivíduo deveria escolher o caminho da salvação e o significado para esta escolha, era o livre arbítrio. Dessa forma, todos os indivíduos deveriam ter vivido uma experiência de "liberdade" e na infância para que assim, sua escolha tivesse significado. Fundamental para isso era o compromisso do "autocontrole". As noções, tanto a de educação infantil "republicana" quanto a "evangélica" defendiam que as oportunidades de liberdade e brincadeira deveriam ser dadas às crianças para que pudessem desenvolver o seu "autocontrole". De fato, a crença na relação entre autocontrole, liberdade pessoal e republicanismo informou a estrutura retórica do abolicionismo cujo argumento contra a escravidão, além da crítica de sua crueldade inerente, foi o que impediu o desenvolvimento de auto governança entre os afro-americanos.

¹ O Golfe, antes e agora, representa a maior atividade de lazer dos homens das classes exploradoras nos EEUU.

² Canção do movimento pelos oito horas de trabalho publicado em 1878, letra do I.G. Blanchard, música de Ver. Jesse H. Jones.

Obviamente, esse modelo quando aplicado à educação infantil só fazia sentido para crianças cujas famílias tinham os meios econômicos para mantê-las afastadas da força de trabalho assalariada, por longos períodos de tempo. Para as crianças oriundas das classes trabalhadoras na economia industrial em crescimento, a infância ainda era muito curta. As indústrias como as têxteis e de vestuário, foram ancoradas no trabalho infantil e até mesmo em indústrias pesadas, tais como a da mineração. As crianças eram apresentadas ao trabalho muito cedo. Na coleção de artigos e relatórios acerca das relações de trabalho nos Estados Unidos, editado pelo reformador laboral George McNeill em 1888, fica claro que "muitos dos Estados [nos EEUU] tinham leis que limitavam as horas de trabalho das crianças a dez por dia"ⁱ. Curiosamente, essa foi a única menção acerca do trabalho infantil encontrada em todo o volume citado acima.

Na verdade, em que pesem os eventos formativos da história do movimento operário dos EEUU, enquanto muitos em Nova York lembravam o aniversário do incêndio da fábrica *Triangle Shirtwaist* em 1911, como um exemplo da falta de segurança no trabalho no início do século, é importante notar as idades de muitos dos trabalhadores que morreram neste trágico evento de mais de cem anos atrás. Um terço das 149 mulheres que morreram neste incêndio contavam em média 20 anos de idade e a mais jovem, Mary Goldstein, tinha apenas onze anosⁱⁱ.

O problema do emprego de crianças na indústria, foi visto pelos reformadores da classe média e sindicalistas, como um problema social a ser resolvido ao invés de um elemento constitutivo do trabalho. Na verdade, na maioria das discussões sobre trabalho pelos sindicalistas no século XIX e início do século XX, o trabalho infantil foi raramente abordado, e isso a meu ver, também se reflete na ausência do trabalho infantil nas atuais produções na história do trabalho. Por exemplo, na bibliografia da história do trabalho que representa a primeira onda do pós anos 1960, afloram escritos históricos sobre trabalho, porém juntos aos editores ligados à *Revista de História do Trabalho* intitulada *História da Classe Operária Americana: Uma Bibliografia Representativa*ⁱⁱⁱ não há discussão sobre trabalho infantil^{iv}. Um aspecto interessante é que a única discussão sobre o trabalho infantil aparece no filme "Newsies" acerca da greve dos pequenos jornalistas em 1899. Os comunistas durante a década de 1920, também buscaram responder o problema do trabalho infantil chegando a propor a criação de sindicatos para os trabalhadores infantis^v.

Na verdade, a questão do trabalho infantil foi, principalmente abordada, como um problema entendido apenas na seguinte percepção: como manter as crianças afastadas da força de trabalho. O trabalho dos reformadores na Comissão Nacional do Trabalho Infantil, com o

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

apoio do movimento sindical, finalmente conseguiu uma proibição nacional contra o trabalho infantil em 1938, com aprovação da Legislação Nacional “Fair Labor Standards Act” que buscava regulamentar as condições, salários e benefícios oriundos do trabalho.

A proibição ao trabalho assalariado infantil refletiu uma mudança de concepção americana sobre a infância. Enquanto a infância como um tempo para brincar, se desenvolveu plenamente entre as classes médias no século XIX, demorou até o século XX, para que essa garantia chegasse para a maioria das famílias das classes trabalhadoras nos Estados Unidos. Os debates observados sobre esta questão, tem incidido sobre as condições de trabalho das crianças e a questão delas competirem com os adultos pelos baixos salários e pelo trabalho, e em menor escala, a expansão da escolaridade mínima obrigatória para elas.

Nesta reflexão, a mim interessa destacar que a exigência do fim no trabalho infantil - observado na resposta pública ao incêndio da fábrica têxtil Triangle Shirtwaist há mais de 100 anos, continha já uma visão da infância como um tempo de liberdade. Na verdade, houve uma transferência de exigências e sentimentos quase utópicos de longa data, que por muito tempo tinham sido vistos como providência de adultos para a vida das crianças.

Na prática, porém, um sistema de aprendizagem cruel, caracterizava a maioria das escolas e foi contestado pelo surgimento da “educação progressiva” e outras metodologias pedagógicas centradas na criança. Reformadores urbanos lutaram por financiamento público e ganharam espaços para parques infantis. Durante o período do New Deal, os programas de arte WPA³ incluíram aulas de arte com financiamento público, uma vez mais voltadas para “enriquecer as vidas de todas as crianças”. Este foi um período (aproximadamente a partir da "era progressista" através do New Deal"), que viu a expansão dos acampamentos de verão e eram não simplesmente para treinar meninos de classe média para liderança militar e industrial. Logo, a Associação de Escoteiros e outras experiências "selvagens" foram criadas, muito mais para controlar o período de autodescoberta e exploração para todas as crianças. Leslie Paris, detalhou esse processo, maravilhosamente, em seu livro *Childrens Nature: The Rise of the American Summer Camp* (2008)^{vi}. Mesmo as aspirações da esquerda, passaram da exigência de liberdade pessoal e autodesenvolvimento para a transformação da vida dos trabalhadores adultos, para incluir as vidas das crianças^{vii}.

Todas as questões mencionadas eram bastante corriqueiras na história de reformas sociais nos Estados Unidos - e na verdade, era bastante convencionais quando comecei a ler acerca

³ WPA : Works Progress Administration, era um dos maiores programas de trabalhos publicos organizados como resultado do New Deal na decada de 1930, que contratou millions de desempregados para construo de predios publicos, de infraestrutura e atividades culturais e artisticos.

dessa questão na década de 1970. O que foi produzido, desde então, tem sido o trabalho de comentaristas e jornalistas geralmente e não por historiadores do trabalho ou por aqueles preocupados com questões trabalhistas. Desde a década de 1980, o período reconhecido como o início do longo ataque ao trabalho e ao bem-estar social, ocorreu também um ataque combinado à infância. Este ataque foi estruturado de forma diferenciada para a classe trabalhadora, para as crianças afro-americanas e pobres, e geralmente aos filhos brancos da classe mais privilegiada também, porém o ataque foi dirigido à todas as crianças. Houveram extensas discussões sobre este tema que iam desde a preocupações sobre a escolaridade (fácil demais ou muito difícil); a relação entre a desigualdade econômica e educação e a natureza mutável da paternidade. Recentemente, os autores tentaram integrar todas essas questões. Um dos esforços recentes no desenvolvimento de uma perspectiva integrada é o livro da Megan Erikson, *Class War: The Privatization of Childhood*^{viii}.

Permitam-me explicar como eu vejo os elementos deste processo e, em seguida, concluir com uma análise que oferece possibilidades para compreendê-lo. Uma parte deste processo é político e econômico. Isto tem implicado em corte de salários para a maioria dos trabalhadores, e por causa de sua colocação na economia, nos empregos mais vulneráveis e mal pagos, esse corte tem mais severamente atingido trabalhadores afro-americanos. À medida em que os salários e o emprego diminuíram - especialmente à luz da promessa da era dos direitos civis, as crises na comunidade negra aumentaram, juntamente com as crises nas famílias. Evidentemente, ao tentar evitar olhar para a causa dessas múltiplas crises, os comentaristas da corrente moderada à direita, começaram a analisar as causas dessa crise entre os próprios pobres. Os homens, as mães e, finalmente, as crianças negras eram vistas como culpadas, pelo seu comportamento, pela crise da pobreza na comunidade negra (novamente como de costume, uma vez que os afro-americanos fossem demonizados, era fácil estender a demonização a outros setores da mais pobre classe operária). O ataque ao "bem-estar como nós o conhecemos" era, fundamentalmente, um afastamento da visão de criar filhos como uma responsabilidade significativa para os pais - que era o raciocínio por trás da ajuda às famílias com filhos dependentes em primeiro lugar.

Se as crianças pobres estavam causando a pobreza por sua falta de bons modos e outros comportamentos inadequados, o próximo passo (além do aumento das taxas de encarceramento para os jovens também pobres) era promover programas que fossem capazes de disciplinar os jovens para torná-los prontos para a disciplina do trabalho. Dessa forma, importar modelos de educação repressiva diretamente das escolas paroquiais católicas tradicionais e das escolas militares, públicas e cooperativas, centradas nas comunidades negras, foram atrativos no sentido

de diluir os temores de pais negros da classe trabalhadora com o futuro de seus filhos, que prontamente, envidaram apoio às escolas que se especializassem em aumentar a disciplina do trabalho. Tal ação acompanhou as desigualdades a longo prazo na educação pública, uma vez que o aumento da segregação residencial baseada em classe e raça fez com que as escolas em distritos com altos valores de propriedade fossem melhor financiadas do que as escolas na comunidades populares⁴, como argumentou Jonathan Kozol, no artigo *Still Separate, Still Unequal: Educational Apartheid in America*, na revista *Harpers* (Setembro 2008).

Seria um processo diferente, embora reconhecível, se tudo isso fosse dirigido unicamente aos filhos dos setores mais pobres da classe trabalhadora. De fato, a necessidade de disciplinar as crianças da classe trabalhadora motivou muito a reforma social desde o início da era industrial. Porém, um fato interessante deste processo é que a prática da disciplina se estendeu às crianças das classes profissionais cujos pais temiam o empobrecimento, mesmo que tivessem uma vida economicamente confortável. Um recente filme *The Race to Nowhere* documenta a crescente pressão para o sucesso que afeta as crianças, mesmo em comunidades menos afetadas pela crise econômica geral nos Estados Unidos. Baseado em descrições de um número de famílias, e entrevistas com adolescentes, o filme detalha a extrema pressão para serem bem-sucedidos em testes padronizados bem como para não se comprometerem em atividades que não acrescentassem nada às aplicações da faculdade. O resultado foi aumento da depressão e seus problemas médicos resultantes. E segundo a narrativa fílmica citada, alguns dos impactos mais devastadores são sobre as mulheres jovens que, seriam particularmente propensas a comportamentos autodestrutivos como anorexia e auto-mutilação. Em todas as críticas desses processos por comentaristas liberais há pouco foco em causas sistêmicas desse ataque à infância.

Como evidência adicional para o retro mais generalizado da infância, foi relatado no *New York Times* em 1998: cada vez mais escolas estava abolindo o recesso, a fim de dedicar mais tempo para o trabalho tradicional de sala de aula^{ix}. Este processo continua com o impulso para a escolaridade de um ano, que não só pressiona as crianças para o aumento da produtividade, mas permite aos seus pais períodos de exploração no trabalho mais longos e não interrompidos. Até o presidente Obama tem apoiado isso. (Eu o uso como um exemplo para mostrar que não são apenas os conservadores, mas também os liberais que estão impulsionando este processo) Como relatado no *Huffington Post*, Obama alegou que isso era necessário para o aumento da "competitividade" econômica. Ele disse que "o futuro do país está em jogo"^x.

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

Para ver até onde chegamos, basta observar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1959, que afirma: "A criança terá plena oportunidade de brincar e de se divertir que deve ser dirigida aos mesmos propósitos da educação; a sociedade e as autoridades públicas esforçar-se-ão por promover o gozo deste direito"^{xi}.

Então, o que uma perspectiva trabalhista pode oferecer a esta discussão?

Creio que precisamos voltar às lutas contra o trabalho infantil para revigorar a defesa trabalhista da infância como infância. De fato, com uma perspectiva trabalhista, poderíamos ver todas essas tentativas de passar da visão da criança como um tempo para brincar e autodescoberta, para vê-la apenas como preparação para o trabalho, como um esforço para desfazer as lutas contra o trabalho infantil, através da porta traseira. É verdade que, nos Estados Unidos (embora não nos países onde muitos dos produtos que usamos são fabricados) as crianças não estão mais trabalhando em fábricas e em fábricas clandestinas sob condições sub-humanas. Contudo, ver a preparação para o trabalho como o principal, senão o único, objetivo da infância é fazer com que o público pague pelo que tradicionalmente era da responsabilidade dos empregadores. Continua a colocar a responsabilidade pelo desemprego sobre os desempregados ou aqueles em risco de desemprego como uma ameaça a democracia que, requer, similarmente a proposta de salvação dos evangélicos há 150 anos, uma população auto-desenvolvida e livre.

Finalmente, se tirarmos a liberdade, o autodesenvolvimento, as alegrias da descoberta e, tudo aquilo que a palavra "brincar" representa às crianças - como podemos exigir aos pais que trabalham cada vez longas horas, com salários menores e benefícios menos estáveis. Invés de ter "tempo livre" estão enfrentando o desemprego e baixos salários em números cada vez maiores.

NOTAS

ⁱ George E. McNeill, Ed. *The Labor Movement: The Problem of Today*. New York: M.W. Hazen Co., 1888. P.173

ⁱⁱ <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/triangle/trianglevictims2.html>

ⁱⁱⁱ Maurice F. Neufeld, Daniel J. Leab, Dorothy Swanson. *American Working Class History: A Representative Bibliography*. NY: Bowker, 1983

^{iv} See for example. Ava Baron.ed. *Work Engendered: Toward a New History of American Labor*. Ithaca: Cornell University press, 1991; Eric Arnes, Julie Greene, Bruce Laurie, eds. *Labor Histories: Class, Politics and the Working-Class Experience*. Urbana: University of Illinois Press, 1998; Dirk Hoerder, ed. "*Struggle a Hard Battle*": *Essays on Working-class Immigrants*. DeKalb: Northern Illinois 1986

^v See my *Raising Reds* NY: Columbia University press, 1999

^{vi} Leslie Paris. *Children's Nature: The Rise of the American Summer Camp* New York: NYU press, 2008. *passim*

^{vii} See Mishler, *op.cit.*

^{viii} Megan Erickson. *Class War: The Privatization of Childhood*. Verso: London, New York 2015.

^{ix} Johnson, Dirk. (1998, April 7). Many schools putting an end to child's play. New York Times, p. A1, A16

^x http://www.huffingtonpost.com/2010/09/28/obama-school-year-should-_n_741338.html

^{xi} <http://www.buzzle.com/articles/time-out-recess-childs-play.html>